



## **INDICAÇÃO Nº 131/2025**

Em conformidade com o que estabelece o art. 87, XI do Regimento Interno desta Casa de Leis, o vereador que abaixo subscreve, após ouvida a Soberana manifestação do Plenário, **INDICA** ao Chefe do Poder Executivo que autorize e regule a concessão de premiação aos professores (efetivos e temporários) e TDIS (efetivos e temporários) que atuam na etapa da alfabetização na Rede Municipal de Ensino, no âmbito do Programa Alfabetiza MT.

### **JUSTIFICATIVA**

Base Normativa: Lei Estadual 11.485/2021, Lei Federal 9.394/1996, Projeto de Lei 060/2025(Sinop, em anexo).

A presente proposição encontra amparo na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu art. 211 o regime de colaboração entre os entes federativos na organização dos sistemas de ensino, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que preconiza a cooperação técnica e financeira entre os sistemas educacionais.

No âmbito estadual, a Lei 11.485, de 28 de julho de 2021, que institui o Programa Alfabetiza MT, estabelece expressamente em seu **Art. 18, parágrafo único, que os recursos financeiros recebidos pelas escolas podem ser aplicados, entre outras finalidades, em bonificação aos profissionais da educação**, criando o fundamento legal necessário para a presente iniciativa.

Reforçamos que a Lei Estadual 11.485/2021 em seu artigo 18 parágrafo único permite a bonificação:

Art. 18. Os recursos financeiros recebidos pelas escolas na categoria prêmio ou apoio serão utilizados exclusivamente em ações para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos seus estudantes.

Parágrafo único. A aplicação do recurso referido no caput deste artigo está vinculada ao apoio logístico em capacitações e treinamentos, **bonificação**, formação





**CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

CNPJ: 01.639.708/0001-50

continuada, melhoria de suas instalações físicas e equipamentos, e enriquecimento do acervo didático-pedagógico.

Importante destacar que a legislação estadual, estabelece como obrigação do município participante realizar adequações na legislação local quando necessária para a implementação do Programa, o que justifica e fundamenta juridicamente a presente proposta legislativa.

O Programa Alfabetiza MT, representa uma das mais importantes políticas públicas educacionais do Estado de Mato Grosso, estabelecendo regime de colaboração com os municípios para garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, os resultados alcançados pelo Programa são expressivos e demonstram sua eficácia: Mato Grosso atingiu 60,6º/o de crianças alfabetizadas em 2024, superando a meta estadual de 59,2%, conforme dados do indicador Criança Alfabetizada divulgados pelo Ministério da Educação em 11 de julho de 2025.

A premiação aos professores e TDIS alfabetizadores se justifica por múltiplas razões técnicas, pedagógicas e de gestão pública, primeiramente, representa forma de valorização profissional e reconhecimento do mérito, considerando que os professores que atuam na alfabetização desempenham, papel estratégico na formação das bases educacionais das crianças.

A premiação constitui reconhecimento público do trabalho desenvolvido na etapa mais crucial do processo educativo e representa incentivo a permanência e dedicação de profissionais qualificados na área da alfabetização.

Além disso, a medida estimula a melhoria continua da qualidade educacional, criando ambiente favorável ao aperfeiçoamento dos processos pedagógicos e incentivando a participação efetiva dos professores nas formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, igualmente estimulando o alcance e superação das metas estabelecida no





início do Programa Alfabetiza MT, fortalecendo o regime de colaboração entre Estado e município.

Inúmeros municípios de Mato Grosso tratam desse mesma ideia, definindo critérios técnicos e objetivos para sua implementação para premiação dos professores que integram o Programa Alfabetiza MT, bem como que parte dos recursos continue sendo aplicada em outras ações pedagógicas e estruturais da escola, preservando o equilíbrio na aplicação dos recursos, tendo critérios de elegibilidade claros e objetivos, exigindo atuação como regente de turmas de 1º ou 2º ano e frequência mínima de 75% nas formações continuadas, com comprovação documental dos requisitos.

**A distribuição sugerida privilegia proporcionalmente aos professores e TDIS considerando a complexidade do processo de consolidação da alfabetização. O projeto também estabelece mecanismos de controle e transparência.**

Ações Pedagógicas e de Aplicação do Recurso Financeiro, que deve ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e posteriormente submetido à apreciação e aprovação da Secretaria Municipal de Educação, garantindo controle social e técnico da aplicação dos recursos

Os impactos esperados são significativos tanto nos indicadores educacionais quanto na valorização docente. Espera-se melhoria dos índices de alfabetização das crianças de Sapezal, elevação da qualidade do processo de alfabetização e fortalecimento dos resultados no IDEMT- ALFA e demais avaliações. Na valorização docente, a medida proporcionará reconhecimento objetivo do trabalho dos professores alfabetizadores, estímulo a permanência de profissionais qualificados na área e incentivo a participação em formações continuadas.

Do ponto de vista fiscal e orçamentário, o projeto não representa impacto adicional no orçamento municipal, utilizando recursos já recebidos do Governo do Estado de Mato Grosso no âmbito do Programa Alfabetiza





**CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

CNPJ: 01.639.708/0001-50

MT, ao passo que a destinação a premiação fica limitada a 30% dos recursos de premiação estadual, preservando a maior parte dos recursos para outras finalidades educacionais previstas no programa.

A proposição sugerida está em total conformidade com a Lei Estadual 11.485/2021 os princípios constitucionais da educação, o regime jurídico da colaboração federativa e a legislação municipal vigente, não apresentando qualquer óbice legal para sua implementação.

**Deixamos, portanto, a sugestão que seja permitida a destinação da premiação prevista no Programa Alfabetiza MT aos professores (efetivos e temporários) e TDIS (efetivos e temporários) que atuam na etapa da alfabetização na Rede Municipal de Ensino de Sapezal-MT, dentro do Programa Estadual Alfabetiza MT em no mínimo de 30% (trinta por cento) da receita oriunda das receitas daquele programa estadual, como bonificação prevista na Lei Estadual 11.485/2021 em seu artigo 18 § único.**

Sala das sessões da Câmara Municipal de Sapezal, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

**LEANDRO SAMPAIO DA SILVA**  
**Profº Leandro**  
**vereador**





**PROJETO DE LEI Nº 060/2025**

**DATA:** 16 de setembro de 2025.

**SÚMULA:** Autoriza e regulamenta a concessão de premiação para professores que atuam na etapa da alfabetização na Rede Municipal de Ensino de Sinop, dentro do Programa Estadual Alfabetiza MT, e dá outras providências.

**REGIME DE  
URGÊNCIA**

**ROBERTO DORNER, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO** no uso de suas atribuições legais, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Ficam as Unidades Executoras - UEX pertencentes às instituições de ensino que integram a Rede Municipal de Sinop autorizadas a aplicar, nos termos da Lei Estadual nº 11.485/2021, e desta Lei Municipal, parte da receita oriunda do Programa Estadual Alfabetiza MT, em premiação para professores que atuam na etapa da alfabetização.

Art. 2º. A premiação de que trata a presente Lei será calculada sobre a receita auferida pelas UEX a título de premiação prevista no Programa Estadual Alfabetiza MT, não sendo considerada para este fim os recursos referentes ao repasse de escola apoiada.

Art. 3º. As Unidades Executoras poderão destinar à premiação dos professores até 30% (trinta por cento) da receita oriunda de cada parcela recebida do Governo do Estado do Mato Grosso nos termos do Artigo 2º.

§1º. A destinação da premiação prevista neste artigo poderá ser concedida pela UEX somente aos professores que atuam na etapa da alfabetização na respectiva instituição de ensino.

§2º. A destinação prevista no *caput* deste artigo não constitui evento de caráter remuneratório, não repercute sobre a remuneração dos professores contemplados com a premiação e não gera direito adquirido.

§3º. Para fins da destinação prevista no Art. 1º desta Lei, excetua-se as previsões constantes do Art. 50 da Lei Complementar Municipal 062/2011.

Art. 4º. Ficam as Unidades Executoras obrigadas a elaborar e submeter à apreciação e aprovação da Secretaria Municipal de Educação, o Plano de Ações Pedagógicas e de Aplicação do Recurso Financeiro, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE previsto no Programa Estadual Alfabetiza MT.

§1º. Será considerada nula e sem efeito a distribuição de premiação para professores em desacordo com o esta Lei.

§2º. Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior deste artigo, fica



§2º. Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior deste artigo, fica a Secretaria Municipal de Educação obrigada a dar ciência formal à Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso e solicitar à Procuradoria do Município de Sinop providências cabíveis.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**

Av. das Embaúbas, 1386 - Centro - Fone: (66) 3520-7200  
Caixa Postal 500 - CEP 78.550-206 - Sinop - MT  
www.sinop.mt.gov.br



Art. 5º. São elegíveis ao recebimento da premiação prevista nesta Lei os professores que:

I - atuaram como regentes de turmas de 1º ou 2º ano do Ensino Fundamental no ano de referência da avaliação;

II - tenham cumprido, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela unidade escolar.

§1º. Para fins de apuração do disposto no inciso II deste artigo, a UEX deverá solicitar Relatórios à Secretaria Municipal de Educação e à Direção da instituição de ensino comprovando a frequência nas respectivas formações.

§2º. Quando houver mais de um professor regente na mesma turma, o respectivo valor deverá ser dividido entre ambos de maneira proporcional o período trabalhado.

Art. 6º. A distribuição da premiação total em cada instituição de ensino da Rede Municipal deverá observar os seguintes parâmetros:

I - 40% (quarenta por cento) para professores regentes das turmas de 1º ano;

II - 60% (sessenta por cento) para professores regentes de turmas de 2º ano.

Parágrafo único. Respeitada a regra constante dos incisos I e II deste artigo, a distribuição da premiação deverá ser realizada em parcelas iguais entre os professores elegíveis.

Art. 7º. A distribuição de premiação prevista nesta Lei fica condicionada à vigência do Programa Estadual Alfabetiza MT.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigora na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.